

ARTIGOS

DA CULTURA ESTRATÉGICA: UMA ABORDAGEM SISTÊMICA E INTERDISCIPLINAR

Heitor Barras Romana *

RESUMO

O conceito operacional de cultura estratégica – numa perspectiva interdisciplinar e sistémica, com o contributo de elementos da cultura política e da cultura geopolítica – contempla os valores, símbolos e padrões culturais que modelam a posição dos povos, e em especial das suas elites, em relação à defesa e à forma como é garantida a segurança nacional: instrumentos adaptados; mobilização da sociedade; posição do Estado na hierarquia da ordem internacional e capacidades de afirmação de uma estratégia nacional. A China (Cronos), a Rússia (Topos) e os EUA (Ethos) são os principais objectos de estudo na investigação aplicada sobre cultura estratégica, incidindo na análise dos elementos histórico-culturais e geopolíticos:

* Doutor em Ciências Sociais; Professor Auxiliar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (ISCS-UTL), Lisboa, Portugal. E-mail: hromana@iscsp.ulisboa.pt

implicações na concepção e execução das suas estratégias de segurança, de defesa e de política externa, e as suas implicações no equilíbrio do sistema internacional

Palavras-chave: Cultura estratégica. Segurança internacional. Geopolítica.

INTRODUÇÃO

ESTRATÉGIA: CONTRIBUTOS INTERDISCIPLINARES

A influência da cultura nos processos decisórios organizacionais e informacionais respeitantes à Defesa, Segurança e Política Externa tem vindo a ganhar espaço no âmbito dos Estudos Estratégicos, a partir do conceito de cultura estratégica. Na essência, trata-se de compreender em que medida os interesses nacionais, e as ações formais e informais na condução de objetivos críticos do poder são influenciados por fatores sócio-culturais, interligados com fatores geohistóricos, geoestratégicos, bem como com elementos da cultura política, de um dado Estado, contrariando as teses de que os princípios da estratégia são absolutos e universais. A formulação do conceito de cultura estratégica é tributária dos estudos sobre “cultura nacional” e da análise sobre os “processos de tomada de decisão estratégica” aplicados a cenários de segurança e defesa, que no pós Segunda Guerra Mundial convocaram os teóricos das Ciências Sociais e Políticas.

O planeamento e a ação estratégica presumem a existência de uma antropologia e de uma sociologia, defendeu Brodie (1973 apud ADAMSKY, 2012, p. 15)¹, no seu trabalho “*War and Politics*”. Sublinha Adamsky que a antropologia e a sociologia são instrumentos fundamentais para a compreensão sobre como a Estratégia é concebida e elaborada e como os estrategos desenham uma “nova teoria” da vitória (ADAMSKY, 2010, p. 15). Adite-se o contributo primordialista da epistemologia e da metodologia da Ciência Política na configuração da análise dos processos e mecanismos de tomada de decisão tendo por elemento base a sede do poder estratégico.

Tendo por matriz conceptual os tratados de guerra de Tucídides, de Sun Tzu, de Machiavel e de Clausewitz, Lantis (2006), a ideia de cultura estratégica evoluiu de um locus centrado na fenomenologia da guerra, para

¹. BRODIE, Bernard. *War and politics*. New York: Macmillan, 1973.

a análise dos fatores culturais e psicossociológicos na estruturação e organização de objetivos estratégicos de defesa para o estudo dos valores e padrões securitários da comunidade total de um Estado e para a compreensão tentativa do papel de uma cultura nos processos de concepção e execução de uma estratégia de política externa.

Serve este prómio para situar o conceito de cultura estratégica, cujas coordenadas teóricas não têm ainda a precisão exacta do seu lugar no mapa dos Estudos Estratégicos, apesar do seu contributo para um constructo analítico. Aplicando a definição de conceito operacional do Professor Adriano Moreira (2012, p. 111), a cultura estratégica possui ainda um carácter puramente provisório, tentativo e pragmático.

A sua funcionalidade é só otimizada se integrada num quadro conceptual mais vasto da Estratégia. Como nos diz Ribeiro (2010, p. 61-73), a Estratégia é um plano, uma manobra, um modelo comportamental, uma posição e uma perspectiva. Assim, é intrínseco o fator “cultura” no processo estratégico, tal como também o é o fator “poder”.

Como sublinham Kane e Lonsdale (2012, p. 102), a estratégia vai muito para além do vencer guerras.

A estratégia, na nossa perspectiva, corresponde à procura da eficácia máxima na ação do Estado na realização dos seus fins críticos. Assim, podemos falar de uma Grande Estratégia que, no conceito de Luttwak (1987) resulta da confluência da interação militar (dimensão vertical) com fatores exógenos (dimensão horizontal) relacionados com o jogo da política internacional. Uma Grande Estratégia assente num conceito estratégico nacional que contempla três dimensões: ontológica (memória estratégica e pensamento estratégico); sistémica - funcional (cultura política, cultura geopolítica e cultura estratégica); e operativa (Comunicação estratégica, Discurso estratégico e processo de tomada de decisão-política externa, segurança e defesa)

Naquelas três dimensões percebe-se a variável poder, entendida à luz da teoria da ciência política, como o eixo da estratégia. Torna-se, pois, fulcral que, na percepção das linhas – de – força de uma cultura estratégica se oriente o esforço de análise para as questões do processo e dos mecanismos de tomada de decisão, em especial quanto à sede do poder estratégico.

O CONCEITO DE CULTURA ESTRATÉGICA

Snyder (1977, p. 8) introduz no *mainstream* dos estudos estratégicos o conceito de cultura estratégica. No seu relatório “*The Soviet Strategic Culture: Implications for Nuclear Options*” define cultura estratégica como sendo o somatório de ideais, respostas emocionais e padrões de comportamento que os membros de uma comunidade estratégica nacional adquirem. Snyder, baseando-se na teoria da cultura política de Gabriel Almond e Sidney Verba, considera que a socialização política associada ao conjunto de crenças e padrões de comportamento sobre as questões militares transpõe para o plano da cultura a forma como se avalia e interioriza o fenómeno do conflito militar e como este se mantém e influencia os valores modais de uma sociedade.

Snyder argumenta que o pensamento e o comportamento estratégico soviético têm origem numa cultura específica, considerando que a teoria da escolha racional é insuficiente para explicar o processo de tomada de decisão da liderança russa.

Snyder conclui que os decisores soviéticos não são estrategos, mas burocratas que tomam decisões num quadro organizacional impregnado por factores culturais idiossincráticos, não possuindo assim os mesmos códigos dos estrategos norte-americanos. O autor propõe então que o planeamento estratégico dos EUA face à URSS incluía a avaliação dos factores culturais na tomada de decisão das chefias militares de Moscovo. Aplicando a análise organizacional das instituições políticas levada a cabo por Deutsch (1963, p. 205-213), quanto a autonomia decisória, poder-se-á considerar que as duas culturas estratégicas se distinguem em termos de “*communication differential*”, interna e externa.

Outro autor, Booth (1990, p. 121) considera que:

[...] the strategic culture of a nation derives from its History, Geography and Political Culture, and it represents the aggregation of the attitudes and patterns of behavior of the most influential voices; these may be, depending on the nation, the political elite, the military establishment and/or public opinion.

Johnston (1995, p. 37-38) o principal investigador da cultura estratégica chinesa, entende a cultura estratégica como sendo um sistema de símbolos que compreende duas partes: a primeira diz respeito à atitude

dos povos face à guerra, á identificação da natureza do adversário e às características da ameaça que ele coloca; a segunda parte diz respeito à influência que a cultura tem nas opções estratégicas: ofensivas ou defensivas.

Jonhston, (apud SCOBELL, 2004, p. 2), sublinha que a cultura estratégica é o conjunto de comportamentos que emanam de experiências comuns e das narrativas que modelam a identidade colectiva e as relações com outros povos, comportamentos esses que determinam os fins apropriados para alcançar os objectivos de segurança.

Nesta sistematização conceptual impõe-se a visão de um dos maiores teóricos da Estratégia, Colin Gray. Gray (1986, p. 36-37) define cultura estratégica como . Gray (1986), na obra, *“Modern Strategy”*, explora o conceito de Cultura Estratégica por meio de um insight sistémico, afirmando que toda a acção de uma comunidade de segurança, se não constitui uma manifestação de cultura estratégica, é pelo menos expressão de um processo em que os indivíduos são enculturados, e as organizações, os procedimentos e a gestão militar, são resultado de fatores culturais permanentes.

Por seu turno, Jones (1990) considera existirem três níveis na formação de uma cultura estratégica:

- 1) Macro – formado pela geografia, pelas características etno culturais e pela história;
- 2) Intermédio – constituído pelas estruturas políticas, económicas e sociais;
- 3) Micro – formado pela missão da instituição militar e pelas relações da sociedade civil com a instituição castrense, isto é, a mobilização da sociedade à volta de valores nacionais e de soberania.

“O conceito analítico de cultura estratégica só é operativo se ele demonstrar a sua utilidade como um elemento enformador de um ‘strategic behaviour’; i.e. a existência de um modelo ideal de cultura estratégica necessita de ser testado, estabelecendo a ligação entre símbolos e as atitudes nacionais e a mobilização coletiva à volta da concretização dos objetivos estratégicos nacionais” (ROMANA, 2013, p. 45).

Segundo Roy Godson (apud SHULTZ, 2012, p. 23):

“a cultura estratégica diz respeito aos modos de comportamento e partilha de crenças de actores estatais e não-estatais, resultante de experiências e narrativas comuns que modelam os meios e os fins na realização dos objetivos de segurança nacional. Tais elementos de comportamento atribuem à cultura estratégica as suas características base constituem o framework através do qual as capacidades são organizadas e empregues”.

A aplicação do conceito de cultura estratégica poderá ser testada pela fórmula OODA – Observação, Orientação, Decisão e Acção – criada pelo Cor. John Boyd. Com efeito, não pondo em causa o modelo do actor racional, que privilegia a análise dos processos decisórios segundo o ângulo dos “padrões universais de comportamento”, afigura-se que a metodologia operacional daquela fórmula aplicada em diferenciados environments militares e de política externa produzem “*outputs*”, em resposta a “*demands*”, que expressam fatores sócio culturais (ontológicos e macro-simbólicos; organizacionais e comunicacionais) que particularizam a atuação de uma dada comunidade nacional e dos seus intérpretes institucionais (aparelho burocrático de Estado e Governo e estruturas estratégicas – diplomacia, intelligence, defesa e segurança).

Nathan Leites na obra de 1951 “*The operational code of Kremlin*” e Alexander George no artigo “*The operational code: a neglected approach to the story of political leaders and decision-making*” de 1969, apud Thomas G. Mahnken (2011) categorizaram a cultura estratégica em dois níveis: o “contexto filosófico” e a “percepção fundamental” a partir da teoria dos “códigos operacionais” por eles criada.

O “contexto filosófico” diz respeito as seguintes questões:

- “*What is the essential nature of political life? Is it harmonious or conflictual?*”
- “*What are the prospects for the eventual realization of one’s fundamental political values and aspirations? Optimist or pessimist?*”
- “*Is the political future predictable? In what sense and to what extent?*”
- “*How much control or mastery can one have History?*”
- “*What is the role of chance in human affairs?*”.

O contexto da “percepção instrumental” procura responder às seguintes questões:

- *“What is the best approach for selecting goals or objectives?”*
- *“How are goals of action pursued most effectively?”*
- *“How are risks of political action calculated, controlled, and accepted?”*
- *“What is the best timing of action?”*
- *“What is the utility and role of different means of advancing interests?”.*

Allison e Zelikow (1979), no livro “Essence of Decision”, um marco da Ciência Política aplicada, dedicado ao estudo do processo de tomada de decisão no contexto da crise cubana dos mísseis, sublinha que os analistas da política externa tradicionalmente estudam a tomada de decisão apenas sob a perspectiva do actor racional. Allison acrescenta dois outros modelos de análise: o do processo organizacional e o do “bureaucratic politics”.

Como sublinham Kane e Lonsdale (2012, p. 15), *“researchers such as Graham Allison and Philip Zelikow remind us that the actual process of strategic planning in most real-life states involves continuous negotiation among a wide range of bureaucracies and other government institutions, none of which has complete authority over the full range of policies it is involved with, and none of which bears direct responsibility for the ultimate outcome”*. Em todas as abordagens sobre a escolha e a decisão em ambiente de crise, os investigadores consideram que deverão ser tidos em conta a religião, a geografia, os recursos e, em especial o carácter nacional, factor que ele enfatiza, por poder influenciar o comportamento dos governos.

Sublinhe-se que também cedo no ISCSP, os estudos sobre o carácter nacional e sobre a geocultura fizeram caminho, por meio sobretudo dos trabalhos do Professor João Pereira Neto.

Ainda no campo da Ciência Política, como já foi anteriormente afluado, o conceito de cultura política é também basilar na construção de uma ideia de cultura estratégica. Para Colin Gray, só fará mesmo sentido falar de cultura estratégica se o conceito estiver agregado ao de cultura política.

Na obra *“Civic Culture, Political Attitudes and Democracy,”* Almond e Verba estudam as atitudes individuais e coletivas acerca dos sistemas políticos, bem como acerca das especificidades político-ideológicas dos Estados e das suas comunidades. Sobre esse aspecto debruça-se o Professor Manuel Meirinho (2010, p. 70), referindo que os valores culturais podem

condicionar a actividade dos cidadãos, tendo impacto na estabilidade e no funcionamento dos sistemas políticos. A forma como os poderes políticos conduzem a acção estratégica externa e o uso da força traduz em grande medida a complexidade de uma dada cultura política.

No campo da teoria das relações internacionais, a cultura estratégica gerou algum distanciamento junto das correntes do realismo e do realismo estruturalista, apesar de Morgenthau, expoente do realismo, considerar o “carácter nacional” como um dos pilares do poder nacional, dando o exemplo da Rússia e da Alemanha.

Ainda na teoria das Relações Internacionais, a escola construtivista emerge como a teoria que dá coerência à operacionalização do conceito de cultura estratégica, incidindo a sua tese no impacto das ideias, da linguagem, do discurso social e da cultura na determinação da forma como os Estados, ou mais precisamente, certos indivíduos e elites definem os interesses e as identidades dos seus Estados na condução da Política Externa (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2003).

Michael Brecher (apud BRIGHI, 2008, p. 121) no esquema que apresenta sobre o processo de elaboração da política externa situa os fatores culturais como interface entre o ambiente psicológico e a formulação da decisão com efeito, é hoje assumido nos estudos sobre a tomada de decisão em política externa que o comportamento dos, autores e agentes da política externa é fortemente influenciado por valores e padrões culturais que, tal como em relação à percepção das questões de defesa e de segurança comportam elementos ontológicos estruturantes de uma “identidade estratégica”, isto é, de uma leitura e de um posicionamento dos interesses e objetivos nacionais na ordem externa que assenta nos pilares de uma cultura estratégica.

A análise da política externa, em especial por meio do seu principal eixo – a diplomacia – torna mais evidente a existência de particularismos, que têm expressão mais vincada no jogo daquilo que designamos por “Hermenêutica da diplomacia”, isto é, a construção política da narrativa e da sua operacionalização, como uma componente de uma cultura estratégica, aspeto que tentativamente tem vindo a ser aprofundado pela corrente do construtivismo.

Não tendo ainda o estatuto de disciplina, a cultura estratégica tornou-se já imprescindível como instrumento analítico nas áreas da tomada de decisão política, da segurança e defesa, da geopolítica e da geoestratégia, da intelligence estratégica e da cultura organizacional. Refira-se a propósito

da intelligence estratégica o crescente número de trabalhos académicos sobre a influência das culturas nacionais nos processos de produção de informações, contribuindo para o entender do peso diferenciado que cada serviço de intelligence nacional atribui às actividades de operações e de análise.

A China, a Rússia e os EUA, são os principais objetos de estudo na investigação aplicada, percebendo que é o peso dos elementos histórico-culturais e geopolíticos na concepção e execução das suas estratégias de segurança, de defesa e de política externa, e as suas implicações no equilíbrio do sistema internacional.

Num breve exercício analítico sobre a China, a Rússia e os EUA, julgamos possível identificar a existência de alguns aspectos comuns, designadamente o predomínio de uma concepção civilizadora nas relações com o “outro” e o perpetuar, no pós-Guerra Fria, de valores e símbolos mobilizadores das suas comunidades nacionais à volta de um destino manifesto a cumprir – que nos casos da China e da Rússia parece estar a deixar o estado de acomodação.

A CULTURA ESTRATÉGICA CHINESA (CRONOS)

Numa aproximação à cultura estratégica chinesa, Xinbo (1998, p. 139-140) considera que a preocupação dos chineses com a segurança nacional constitui um dos elementos de continuidade que vem dos tempos dinásticos. O autor observa que a China adquiriu uma larga experiência em lidar com ameaças vindas dos “bárbaros”, o que marcou até ao presente a sua cultura estratégica, como é visível na manutenção ao longo dos séculos da “obsessão” pela estabilidade interna e por um jogo de política externa caracterizado pela exploração de contradições expostas pelos seus oponentes.

O Chronos constitui o elemento essencial no jogo estratégico da China nas relações internacionais. A cultura estratégica chinesa gere dois tempos: o ontológico-civilizacional e o histórico-identitário. Trata-se de um dilema que projecta a gradual passagem da China de uma entidade civilizacional para um Estado que tem que aceitar a ordem do sistema internacional. Julgamos, aliás, que a disputa entre a China e os EUA, que segundo alguns especialistas marcará a política internacional no Séc. XXI, será o confronto entre uma civilização que se transforma em Estado e um Estado que ambiciona transformar-se em civilização.

A cultura estratégica chinesa é fortemente marcada pela posição de “império do meio”, não enquanto realidade geohistórica, mas como entidade-civilização. Tributária de uma hierarquização confucionista, também expressa na hierarquização das relações internacionais feita por Mao Tse Tung, o estudo da cultura estratégica da China implica:

“First a careful textual analysis of contemporary chinese writings on international affairs and national security may reveal the extent to which a hierarchical approach to international relations continues to hold sway. Second, case studies of China’s relations with its neighbours may be used to determine whether traditional approaches to statecraft continue to inform Chinese Foreign Policy” (MAHNKEN, 2011, p. 12).

Um exemplo de como o poder dos símbolos e os símbolos do poder são importantes na percepção de uma cultura estratégica é -nos dado pelo novo líder da China, Xi Jinping, que, em Novembro de 2012, na homenagem ao engenheiro naval responsável pela construção do primeiro porta-aviões chinês, terá utilizado as mesmas expressões de engrandecimento da China, que há 50 anos atrás, Mao Zedong usou na homenagem ao cientista que construiu a primeira bomba nuclear chinesa. A junção da história e da tecnologia abre caminho ao surgimento de um tecno-nacionalismo, que constitui *“...the emergence of highly skilled technocratic groups closely connected with their political leadership, and grounded by a nationalistic-utilitarian ideology. This new elite is composed by public and private managers, businessmen and scientists with high-tech skills”*. (ROMANA, 2008, p. 227).

A ideologia do tecno-nacionalismo está presente na cultura estratégica chinesa por meio do objectivo de modernização à volta de uma grande estratégia nacional.

“Há hoje no seio da elite política e militar e da epistemic community chinesas um ajustamento dos milestones da antiga cultura estratégica. As posições de vitimização perante a História, estão a dar lugar a uma assertividade diplomática e económica que contempla [...] uma forma chinesa de softpower, promovida especialmente junto do ocidente” (ROMANA, 2013, p. 49).

Por outro lado, verifica-se uma nova interpretação das relações internacionais, que tendencialmente apresenta elementos de um realismo ofensivo, expresso numa modernização do aparelho militar, visando alargar a sua profundidade estratégica por meio da projeção naval para o “tríplice oceano”.

A CULTURA ESTRATÉGICA RUSSA (TOPOS)

Se a cultura estratégica chinesa é fortemente marcada pelo “*Chronos*”, a cultura estratégica russa é influenciada sobretudo pelo “*Topos*” como as teorias “*continentalistas*” e a análise geopolítica o demonstram. É o espaço transeslavo e ortodoxo, que tem em Moscovo a “*Terceira Roma*”, tutelar, que dá coerência a uma geografia imaginada, à “*russkaya duchá*” – a alma russa, e a uma “*geosofia*” primordialista, nas palavras de Troubetzkoy, definidora de uma topogénese que orienta o destino dos povos que ocupam o espaço euro-asiático.

A Rússia czarista, soviética e pós-soviética tem uma interpretação de continuum das relações internacionais, que está bem identificada no livro “*O Imperial Comunismo*”, do professor Maltez (1993). Esse *continuum* assenta-se numa visão de encerclement que vem da história, como se observa na resposta que o Imperador Alexandre I deu à questão sobre quem seriam os principais aliados da Rússia no mundo. Teria ele afirmado que a Rússia tinha dois grandes aliados – o seu exército e a sua marinha de guerra!

No presente, tal leitura das relações internacionais é aparentemente remuneradora com a mobilização de grande parte da sociedade à volta da “*cidadela do Kremlin*”, e da defesa da “*pátria rusa-rodina*” - justificando um sistema de poder construído pelos siloviki – o núcleo duro da liderança formado pela elite de segurança e militar-herdeiro do modelo soviético de dupla sede do poder (LARA, 2011, p. 144).

Uma ideologia nacionalista de matriz neoeurasianista sustenta os ajustamentos doutrinários da grande estratégia russa, que pretende jogar com a geografia e com a segurança energética, recuperando espaço no seu inner-abroad, ao mesmo tempo que tenta aproximar-se à Europa, por meio de uma proposta de construção de uma “*Grande Europa*” – de Lisboa a Vladivostok – nas palavras de Vladimir Putin.

Posições que, com os necessários ajustamentos à conjuntura, são parte de uma cultura securitária consolidada na história, para além

dos modelos de poder. A sua cultura estratégica é alimentada por uma narrativa de Grande Potência em reformulação – um contra poder aos EUA.

No caso da Rússia, a cultura política constitui uma componente estruturante da cultura estratégica. A cultura política russa ao longo dos tempos tem sido fortemente marcada por valores militares assentes no princípio do *“kto-kovo”* (Quem Manda?), como sublinha Ermarth (2006). Na Rússia, os conflitos políticos são resolvidos pela intriga palaciana e pelas lutas surdas pelo poder, nunca pela negociação, ou pela disputa aberta (ERMARTH, 2005, p. 6).

A grande estratégia da Rússia é o resultado da confluência de um processo geohistórico fortemente assente num mito fundador de defesa face às permanentes tentativas de ocupação por partes de poderes hegemónicos. Tal visão deu origem a uma cultura estratégica baseada na necessidade de romper com um *“encerclement”*. O expansionismo imperial russo é, assim, expressão de uma perceção das relações internacionais baseada no *“jogo de soma zero”*. Tal princípio, que está bem presente no *kto-kovo*, é segundo, os estrategos russos, legitimador do alargamento da profundidade geoestratégica da Rússia e da tentativa de preservar influência no *“near-abroad”*. A crise russo-ucraniana e a anexação da Crimeia expressam, pois, as componentes essenciais da cultura estratégica da Rússia: a interdependência das vulnerabilidades; uma concepção messiânica da posição da Rússia no espaço religioso ortodoxo (Moscou como a Terceira Roma) combinada com o eurasiatismo; e uma interpretação *parabellum* das relações internacionais.

A CULTURA ESTRATÉGICA DOS EUA (ETHOS)

Focando-nos na análise dos EUA, socorremo-nos da leitura de Gray (1986), que chama a atenção para o paradoxo norte-americano. Diz ele que os EUA possuem uma cultura estratégica caracterizada por uma ausência de *“pensamento estratégico”* estruturado, devido à crença de que as *“boas causas”* tendem a triunfar, e que a América só luta por princípios. A ilusão da onipotência, a capacidade para mobilizar aliados à volta das grandes causas não encoraja o desenvolvimento de uma visão de longo prazo – isto é, conceber a guerra para objectivos longínquos. Tal significará que os EUA são melhores no *“planeamento da guerra”* do que na Estratégia.

Interpretando a visão de Lippman² (1952 apud MAHNKEN, 2006, p. 6) constata-se que a cultura estratégica americana explicitamente rejeita a tradição europeia do “*power politics*”. Os EUA preferem colocar-se numa posição de excepcionalismo. Como observou Lippman, os EUA não se reconhecem como um Estado entre outros Estados, com os quais terá que lidar como rivais, como aliados ou como parceiros. Em vez disso, qualquer conflito armado é uma agressão contra os princípios de uma sociedade mundial. Consideramos assim que a Paz Perpétua de Kant dá lugar à Paz Democrática, fim último para a estabilidade do sistema internacional.

Concebendo-se como um poder civilizacional, os EUA são, nas palavras de especialistas militares, avessos às “*limited wars*” e às “*low intensity wars*”, pois a sua estratégia militar e a afirmação do seu poderio bélico estão concebidas para grandes guerras, de grande duração, até ao aniquilamento do inimigo – tal atitude está bem expressa na obra “*The american way of war: a History of United states military strategy and policy*”, de Weigley³ (apud MAHNKEN, 2006, p. 9-10). Na sua formulação, as principais características da “*American way of war*” incluem uma actividade de agressividade total a todos os níveis, e um desejo de emprego do máximo de meios, visando a completa destruição do inimigo, sem ter em conta as consequências não políticas das intervenções. Esta escala é talvez uma das principais razões para a dificuldades dos EUA em lidar com as guerras assimétricas, como é o caso do terrorismo internacional. A sua cultura estratégica e organizacional não possui suficiente maleabilidade para responder a ameaças não convencionais.

Como salienta Mahnken (2006, p. 9), os EUA tendem a encarar os conflitos armados em que estão envolvidos como “cruzadas contra o demónio”. Identifica-se assim um Ethos que configura a sua cultura estratégica, em contraponto ao Cronos chinês e ao Topos russo.

No puro plano da política externa, os EUA tendem a adoptar uma atitude de ambivalência em relação ao multilateralismo, cuja aceitação e até promoção está dependente dos interesses vitais da segurança nacional. Os Estados Unidos olham para o mundo como um sistema inseguro que precisa dos seus instrumentos militares para encontrar o equilíbrio. A sua cultura estratégica partilhada pelas elites política, militar, económica e também científica tem uma clara natureza voluntarista assente num mito colectivo de um destino a cumprir.

² LIPPMANN, Walter. *Public opinion and foreign policy in the United States*. London: Allen and Unwin, 1952.

³ WEIGLEY, Russell F. *The American way of war: a history of United States military strategy and policy*. Bloomington: Indiana University Press, 1973.

Mead e Leone⁴ (2002 apud SONDHAUS, 2006, p. 63-64), rejeita o historicismo e enuncia quatro perspectivas que sustentam a perspectiva dos EUA quanto à sua posição no mundo desde a sua formação como Estado, assentes nas ideias de Alexander Hamilton, Thomas Jefferson, Andrew Jackson e W. Wilson.

A posição dos “*Halmitonians*”, refere Soudhaus, foi a de colocar as prioridades dos EUA, na sua necessidade em ser integrado na economia global “*ou favorable terms*”. Os “*Jeffersonians*”, em oposição, tinham o seu focus na política doméstica e rejeitavam aventureirismos na condução da política externa, defendendo que os EUA deveriam estar menos preocupados com expandir a democracia no estrangeiro e mais com a salvaguarda internamente. Por seu turno, os “*Jacksonians*” numa posição intermédia, advogam “*the physical security and the economic well-being of the american people*”. Não defendem soluções militares agressivas, mas acreditam que os Estados Unidos deveriam responder fortemente, quando alvo de ataques. Os “*Wilsonians*”, pelo contrário, consideravam dever dos Estados Unidos – e de interesse estratégico vital – avançar com os seus valores democráticos e sociais, no interesse da paz e da justiça mundial preferencialmente por meio de meios pacíficos, mas também pelo recurso à força se último argumento.

Para Sondhaus (2006, p. 64), a análise da política externa realizada por Mead enuncia as subculturas que estruturam a cultura estratégica norte-americana.

NOTAS FINAIS (A CULTURA GEOPOLÍTICA)

Tendo por base o quadro teórico-conceptual expandido voltemos ao excuro sobre o conceito de Cultura estratégica e as suas possibilidades epistemológicas, ainda que correndo o risco de um lastro mal calculado nos poder levar a adornar!

Num exercício de síntese propedêutica, diremos que a cultura estratégica contempla os valores, símbolos e padrões culturais que modelam a posição dos povos, e em especial das suas elites, em relação à defesa e à forma como é garantida a segurança nacional: instrumentos adotados, mobilização da sociedade, posição do Estado na hierarquia da ordem internacional e capacidades de afirmação de uma estratégia nacional.

⁴ MEAD, Walter Russell; LEONE, Richard C. *Special providence: american foreign policy and how it changed the world*. London: Routledge, 2002.

Aspetos estes inspirados na matriz teórica do conceito de segurança e defesa nacional desenhada pelo Professor Luis Fontoura.

A cultura estratégica é também uma componente da ação estratégica, não apenas como sistema percebido, mas também como instrumento analítico. Isto é, o “Eu” estratégico só é possível constituir-se como executor de uma ação, se, sobre o “Outro”, souber a estratégia.

Leva-nos a ousadia a propor, nesta reflexão partilhada, a inclusão da cultura política e da cultura estratégica num processo de interação mais alargado, sistémico, para o qual se convoca um conceito que julgamos axial para uma análise estratégica – o conceito de cultura geopolítica; emprestado pela Escola Crítica da Geopolítica, que tem em O’Thuatail (2006) a principal referência.

A cultura geopolítica integra valores, símbolos e práticas, tendo por referência constitutiva as realidades geográfica, territorial e geocultural de um Estado. A sua valorização ao longo dos tempos na afirmação política, militar, diplomática, económica e cultural dos interesses desse Estado, reforça a sua coerência matricial.

A cultura geopolítica é enformada pelas experiências geohistóricas – pelas redes de poder dentro da sociedade, pelos debates sobre a identidade nacional, pela prevalência de uma imaginação geopolítica coletiva, pelas tradições geopolíticas e pelo processo institucional de elaboração da política externa do estado.

“A imaginação geopolítica corresponde às imagens, conceptualizações e discursos que são dominantes na sociedade e no contexto geopolítico em que um Estado está inserido. Quanto às tradições geopolíticas elas englobam o conjunto de Escolas do Pensamento estratégico, que enquadram uma geopolítica. Cada tradição é uma parte do pensamento em que assenta a identidade de um Estado, o interesse nacional e as prioridades da política externa” (ROMANA, 2012, p. 22-23).

Na aproximação a um modelo – ideal de análise estratégica, a cultura política, a cultura estratégica e a cultura geopolítica são unidades funcionais na observação e compreensão dos elementos estruturantes de uma “*continuidade estratégica*” – para além da circunstância, que não é tangível, mas intuída. Essas unidades de análise interagem dentro de um grande sistema cibernético, alimentando a estruturação de uma Grande Estratégia!

Como a metodologia politológica do Professor Adriano Moreira nos avisa, a eficácia de um modelo de análise estratégica é verificada pela sua resistência à volatilidade da conjuntura! Importa, pois, submetê-la ao teste!

ABOUT STRATEGIC CULTURE: A SYSTEMIC AND AN INTERDISCIPLINARY APPROACH

ABSTRACT

The operational concept of strategic culture - an interdisciplinary and a systemic perspective, considering the contribution the elements the political culture and geopolitical culture - includes values, symbols and cultural patterns that shape the position of the people, and particularly, its elites, correspondent to defense and how national security is guaranteed: instruments adopted; mobilization of society; State's position in the hierarchy of the international order and the capacity to enhancing the national strategy. China (Cronos), Russia (Topos) and the US (Ethos), are the main objects of study in applied research on strategic culture focusing on the analysis of historical, cultural and geopolitical elements: implications for the design and implementation of their strategies on security, defense and foreign policy, and its implications for the balancing of the international system.

Keywords: Strategic culture. International security. Geopolitics.

REFERÊNCIAS

ADAMSKY, Dima. *The culture of military innovation: the impact of cultural factors on the revolution in military affairs in Russia, the US, and Israel*. Standford: Standford University Press, 2012.

ALLISON, Graham; ZELIKOW, Philip. *Essence of Decision: explaining the Cuban missile crisis*. 2 ed. New York: Longman, 1999.

BOOTH, Ken. *Strategy and Ethnocentrism*. New York, 1979.

BOOTH, Ken. The concept of strategic culture affirmed. In JACOBSON, Carl G. (ed.). *Strategic power: USA/URRS*. London: Macmillan, 1999.

BRIGHI, Elisabetta. Implementation Hill, Christopher and Behaviour. In: SMITH, S. et al (Coord.) *Foreign Policy: theories, actors, cases*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 117-136.

DEUTSCH, Karl. *The Nerves of Government Models of Political Communication and Control*. New York: Free Press, 1963.

DOUGHERTY, James; PFALZGRAFF, R. *Relações Internacionais: as teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva, 2003.

ERMARCH, Fritz. *Russia's strategic culture: past, present, and in transition?* Palos: Defense Threat Reduction Agency, 2006.

GRAY, Colin. *Modern strategy*. Oxford: Oxford University Press, 1986.

JOHNSTON, Alainstar. *Cultural realism: strategic culture and grand strategy in Chinese history*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

JONES, David. Soviet strategic culture. In: JACOBSEN, Carl G. (ed.). *Strategic power: USA/URRS*. London: S.T. Martin's Press, 1990.

LANTIS, Jeffrey S. *Strategic Culture: from Clausewitz to constructivism*. USA: Defense Threat Reduction Agency, Oct. 2006.

LARA, António S. *Subversão e Guerra Fria*. Lisboa: ISCSP, 2011.

LUTTWAK, Edward N. *Strategy: the logic of war and peace*. London: Harvard University Press, 1987.

MAHNKEN, Thomas G. *Unites States Strategic Culture*. USA: Defense Threat Reduction Agency, nov. 2006.

MAHNKEN, Thomas G. *Secrecy and stratagem: understanding Chinese strategic culture*. Double Bay: Lowy Institute for International Policy, 2011.

MALTEZ, Adelino *O Imperial comunismo*. Lisboa: Academia Portuguesa da Cultura, 1993.

MEIRINHO, Manuel. *Cidadania e participação política: temas e perspetivas de análise*. Lisboa: ISCSP, 2010.

MOREIRA, Adriano. *Ciência Política*. Coimbra: Almedina, 2012.

RIBEIRA, António Silva. *Teoria geral da estratégia: o essencial ao processo estratégico*. Coimbra: Almedina, 2010.

ROMANA, Heitor. Chinese and Russian techno-nationalism: some geopolitical elements. In: TOMÉ, Luís (Coord.). *East Asia Today*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2008. p. 225-232.

ROMANA, Heitor. Para uma análise geopolítica. *Revista Globo, Lisboa*, p. 22-27, 2012.

ROMANA, Heitor. O conceito de cultura estratégica: notas sobre a China. In: LARA, António de Sousa (Coord.) *A Crise e o futuro*. Lisboa: Pedro Ferreira, Artes Gráficas, 2013. p. 43-50.

SCOBELL, Andrew. *China and strategic culture*. Honolulu: University Press of the Pacific, 2004.

SHULTZ, Richard. *Strategic culture and strategic studies: an alternative framework for assessing Al Qaeda and the global Jihadi movement*, Monograph. [S. l.], 2012. (Tampa, FL: USSOCOM/Joint Special Operations University Press)

SNYDER, Jack. *The soviet strategic culture: implications for nuclear options*. Santa Monica: Rand Corporation, 1977.

SONDHAUS, Lawrence. *Strategic culture and ways of war*. New York: Routledge, 2006.

Recebido em: 03/02/2016

Aceito em: 07/06/2016

